

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO • APLICAÇÃO: 2021

TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A ideia de cultura foi cunhada e batizada no terceiro
quartel do século XVIII como termo sintético para designar a
administração do pensamento e do comportamento humanos.

4 A palavra “cultura” não nasceu como um termo descritivo, uma
forma reduzida para as já alcançadas, observadas e registradas
7 regras de conduta de toda uma população. Só cerca de um
século mais tarde, quando os gerentes da cultura olharam em
retrospecto para aquilo que tinham passado a ver como criação
sua e, seguindo o exemplo de Deus na criação do mundo, com
10 carga positiva, é que “cultura” passou a significar a forma
como um tipo regular e “normativamente regulado” de conduta
humana diferia de outro, sob outro gerenciamento. A ideia de
13 cultura nasceu com uma declaração de intenções.

O termo “cultura” entrou no vocabulário como o nome
de uma atividade intencional. No limiar da Era Moderna,
16 homens e mulheres, não mais aceitos como “um dado não
problematizado”, como elos preordenados na cadeia da criação
divina (“divina” como algo inegociável e com o qual não
19 devemos nos imiscuir), indispensáveis, ainda que sórdidos,
torpes e deixando muito a desejar, passaram a ser vistos ao
mesmo tempo como maleáveis e terrivelmente carentes de
22 ajustes e melhoras. O termo “cultura” foi concebido no interior
de uma família de conceitos que incluía expressões como
“cultivo”, “lavoura”, “criação” — todos significando
25 aperfeiçoamento, seja na prevenção de um prejuízo, seja na
interrupção e reversão da deterioração. O que o agricultor fazia
com a semente por meio de atenção cuidadosa, desde a
28 semeadura até a colheita, podia e devia ser feito com os
incipientes seres humanos pela educação e pelo treinamento.
As pessoas não nasciam, eram feitas. Precisavam tornar-se
31 humanas — e, nesse processo de se tornar humanas (uma
trajetória cheia de obstáculos e armadilhas que elas não seriam
capazes de evitar nem poderiam negociar, caso fossem
34 deixadas por sua própria conta), teriam de ser guiadas por
outros seres humanos, educados e treinados na arte de educar
e treinar seres humanos.

O termo “cultura” apareceu no vocabulário menos de
cem anos depois de outro conceito moderno crucial, o de
“gerenciar”, que significa, segundo o **Oxford English**
40 **Dictionary**: “forçar (pessoas, animais etc.) a se submeter ao
controle de alguém”, “exercer efeito sobre”, “ter sucesso em
realizar”. E mais de cem anos antes de outro sintético, de
43 “gerenciamento”, o de “obter sucesso ou sair-se bem”.
Gerenciar, em suma, significava conseguir que as coisas fossem
feitas de uma forma que as pessoas não fariam por conta
46 própria e sem ajuda. Significava redirecionar eventos segundo
motivos e desejo próprios. Em outras palavras, “gerenciar”
(controlar o fluxo de eventos) veio a significar a manipulação
49 de probabilidades: fazer a ocorrência de certas condutas
(iniciais ou reativas) de “pessoas, animais etc.” mais provável,
ou, de preferência, totalmente improvável a ocorrência de
52 outros movimentos. Em última instância, “gerenciar” significa
limitar a liberdade do gerenciado.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior,
julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com o texto, o conceito de gerenciar é mais antigo
que o termo cultura, que só apareceu no vocabulário quase um
século depois daquele.
- 2 Segundo o texto, a primeira acepção de cultura era relacionada
à noção de agricultura: o processo de tornar as pessoas
humanas por meio da educação e do treinamento é comparável
ao trabalho do agricultor.
- 3 O texto informa que o **Oxford English Dictionary** define o
termo cultura como ‘forçar (pessoas, animais etc.) a se
submeter ao controle de alguém’, ‘exercer efeito sobre’, ‘ter
sucesso em realizar’.
- 4 O verbo pronominal **imiscuir-se** está empregado, na linha 19,
com o mesmo sentido de **intrrometer-se**.
- 5 A ideia principal do texto consiste em mostrar a evolução da
noção de cultura até o surgimento de outra noção, que a
aperfeiçoa: a de gerenciamento.
- 6 Infere-se do segundo período do texto que, imediatamente após
o artigo “as”, no trecho “as já alcançadas” (l.5), está omitido
o termo **palavras**.
- 7 A supressão da vírgula empregada no trecho “homens e
mulheres, não mais aceitos como ‘um dado não
problematizado’” (l. 16 e 17) preservaria o sentido original do
texto.
- 8 Os adjetivos “maleáveis” e “carentes”, na linha 21, referem-se
a “homens e mulheres” (l.16).
- 9 O sujeito da oração “teriam de ser guiadas por outros seres
humanos” (l. 34 e 35) está oculto e se refere ao termo “As
pessoas” (l.30).
- 10 No trecho “podia e devia ser feito com os incipientes seres
humanos pela educação e pelo treinamento” (l. 28 e 29), os
termos “pela educação” e “pelo treinamento” exercem a função
de agente da passiva, veiculando o agente da ação expressa
pelo verbo **fazer**.

1 Só ao anoitecer Gregor acordou de um sono pesado,
parecido com um desmaio. Por certo, não teria acordado muito
mais tarde, mesmo que ninguém o perturbasse, pois se sentia
4 suficientemente descansado e refeito; no entanto, tinha a
impressão de que um passo furtivo e o ruído da porta do
corredor sendo fechada com cuidado o haviam despertado.
7 Aqui e ali, a luz dos postes elétricos da rua projetava pálidas
manchas no teto e no alto dos móveis, mas embaixo, onde ele
se achava, reinava a escuridão. Tateando desajeitadamente com
10 as antenas que só agora ia aprendendo a valorizar, arrastou-se
até a porta para ver o que havia acontecido por ali. Seu lado
esquerdo parecia uma única longa cicatriz que lhe dava
13 desagradáveis repuxões e o fazia coxear com suas duas fileiras
de patas. De resto, uma patinha ficou gravemente ferida
durante os incidentes da manhã — era quase um milagre que só
16 uma tivesse se machucado — e se deixava arrastar sem vida.
Só ao se aproximar da porta foi que Gregor percebeu o que o
atraíra afinal: o cheiro da comida. É que lá havia uma tigela
19 cheia de leite açucarado em que nadavam pedacinhos de pão.
Ele quase chorou de alegria, pois estava muito mais faminto do
que de manhã, e se apressou a mergulhar a cabeça quase até os
22 olhos. Mas logo a retirou, desiludido; não só porque comer lhe
era difícil por causa do flanco esquerdo — não conseguia
fazê-lo sem a cooperação do corpo ofegante — como porque,
25 ainda por cima, já não gostava de leite, até então sua bebida
preferida, com certeza o motivo pelo qual a irmã o havia
deixado ali para ele, e foi quase com repugnância que se
28 afastou da tigela e voltou capengando para o centro do quarto.

Franz Kafka. *A metamorfose*. Luiz A. de Araújo (Trad.). Barueri: Principios, 2018.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 11 As formas pronominais “o” e “se”, na linha 3, referem-se a “Gregor” (l.1).
- 12 O termo “a luz dos postes elétricos da rua” (l.7) exerce a função de sujeito da forma verbal “projetava” (l.7), além de ser o referente do sujeito da forma verbal “reinava” (l.9), que está elíptico.
- 13 O emprego de acento agudo nas palavras “elétricos” (l.7), “pálidas” (l.7) e “móveis” (l.8) justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.
- 14 Em “fazê-lo” (l.24), a forma pronominal retoma a noção veiculada pelo verbo “comer” (l.22).
- 15 Sem prejuízo do sentido original do texto, a expressão “mesmo que” (l.3) poderia ser substituída por **entretanto**.
- 16 No trecho “arrastou-se até a porta para ver o que havia acontecido por ali” (l. 10 e 11), a substituição da forma verbal “havia” por **teria** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar o seu sentido original.

1 D. Amélia conformava-se com as impertinências do
marido. Cada vez mais sentia ela que a doença do seu Lula
morreria com ele. Não lutou mais, não sofreu mais. Era tudo
4 como Deus quisesse. A vida que tinha que viver seria aquela,
sem outro remédio que vivê-la. Tinha pena da filha, mas ao
mesmo tempo para que lhe desejasse casamento que fosse como
7 o seu? Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la,
arrancar-lhe a paz de espírito? Via Neném no seu jardim, nos
seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la
10 casada. Iam comendo com o pouco que faziam. É verdade que
cada ano que se passava mais o Santa Fé minguava, menos
fazia. O feitor que Lula botara para ver tudo não era homem de
13 tino, era para ser mandado. E quem mandaria nele? As coisas
caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo.
Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens,
16 mas não queria irritar o marido, era homem que não podia
se contrariar.

José Lins do Rego. *Fogo morto*. 47.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 164.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 17 No trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8), D. Amélia interpela o leitor do texto.
- 18 A correção gramatical do trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte maneira: **Ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito para que?**
- 19 Em “ligar-se” (l.7), “magoá-la” (l.7) e “arrancar-lhe” (l.8), as formas verbais estão no modo infinitivo.
- 20 As emoções de D. Amélia expressas no texto demonstram resignação dessa personagem.
- 21 No trecho “As coisas caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo” (l. 13 e 14), o narrador caracteriza o ritmo dos acontecimentos por meio de elementos da natureza que evocam a situação descrita.
- 22 As orações do período “Não lutou mais, não sofreu mais” (l.3) estabelecem, entre si, relação lógica de oposição.
- 23 No trecho “Via Neném no seu jardim, nos seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la casada” (l. 8 a 10), as vírgulas foram empregadas para marcar a intercalação do segmento “nos seus silêncios”.
- 24 A correção gramatical do trecho “Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens” (l.15) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dá-lo ordens.**

1 O fenômeno conhecido como judicialização da saúde
 é multifacetado. Por um lado, as ações judiciais comprometem
 uma parcela significativa do orçamento para atender demandas
 4 específicas de alguns pacientes; por outro, podem significar o
 único caminho para salvar ou prolongar a vida de pacientes,
 especialmente de pessoas com doenças raras ou crônicas, como
 7 diabetes e câncer, que dependem de medicamentos de alto
 custo. Há também o uso desse recurso extremo para
 medicamentos equivalentes aos disponíveis no sistema público
 10 de saúde e, até mesmo, para a compra de produtos como
 fraldas ou água de coco — sempre com receita médica.

A preocupação com o impacto da judicialização nos
 13 municípios é justificável. Há casos em que uma única ação
 pode comprometer todo o orçamento da saúde de uma cidade
 de pequeno porte. Algumas iniciativas buscam contornar esse
 16 obstáculo por meio de arranjos institucionais. Um dos
 exemplos mais lembrados é o de Santa Catarina. Em 1997,
 25 municípios do entorno da cidade de Lages,
 19 a 200 quilômetros de Florianópolis, uniram-se para encontrar
 melhores formas de administrar os recursos para a saúde,
 frequentemente afetados pela judicialização. Os prefeitos e
 22 gestores dos municípios perceberam que, isoladamente, era
 mais complicado enfrentar as decisões judiciais. Por meio do
 consórcio intermunicipal, criou-se um padrão comum de
 25 atuação, que evitou sobreposições de pedidos e racionalizou
 gastos e investimentos.

Bruno De Pierro. Demandas crescentes. In: Revista
 Pesquisa FAPESP, 18 (252), fev. 2017, p. 18-22 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do
 texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 25 O texto pode ser enquadrado no tipo dissertativo, haja vista a
 exposição de diferentes facetas de um fenômeno que se
 manifesta na atualidade, pela apresentação objetiva dos fatos
 que as caracterizam.
- 26 De acordo com o texto, o fenômeno da judicialização da saúde
 manifesta-se no contexto de um dilema, em que se confrontam
 os direitos da coletividade, por um lado, e os direitos dos
 indivíduos, por outro.
- 27 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o termo
 “criou-se” (ℓ.24) poderia ser substituído pela locução
foi criado.
- 28 O texto defende o direito da população com doenças raras ou
 crônicas ao acesso a medicamentos de alto custo no contexto
 da crise provocada pela falta de recursos orçamentários para
 atender as demandas da saúde pública nos municípios
 brasileiros.
- 29 No trecho “a 200 quilômetros de Florianópolis” (ℓ.19), seria
 obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo
 “a” caso fosse inserida a expressão **cerca de** imediatamente
 antes do numeral “200” — **à cerca de 200 quilômetros de
 Florianópolis**.
- 30 Do período “Um dos exemplos mais lembrados é o de Santa
 Catarina” (ℓ. 16 e 17) infere-se a referência à palavra **exemplo**
 no segmento “o de Santa Catarina”.
- 31 No trecho “A preocupação com o impacto da judicialização
 nos municípios é justificável” (ℓ. 12 e 13), o adjetivo
 “justificável” tem o mesmo sentido da expressão **passível de
 justificativa**.

Acerca da gestão do Estado, julgue os itens a seguir.

- 32 As técnicas de gestão organizacional contemporâneas são
 aplicáveis a organizações públicas e privadas, de forma
 indistinta.
- 33 A gestão do Estado moderno prevê foco no cidadão, o que
 significa oferecer transparência e sistemas personalizados.
- 34 No modelo burocrático, os cargos públicos não são
 profissionalizados e as esferas econômica e política se
 apresentam unificadas.

A respeito da trajetória da administração pública brasileira, julgue
 os itens que se seguem.

- 35 Atualmente, no Brasil, a forma de Estado é unitária, a forma de
 governo é republicana e o regime é presidencialista.
- 36 No Brasil, a nova administração pública iniciou-se com a
 proposta de redução do tamanho do Estado e migrou para a
 proposta de reforma das instituições.
- 37 Entre meados do século XIX até 1930, período antecedente ao
 governo de Getúlio Vargas, a administração pública brasileira
 apresentava-se notoriamente patrimonialista, com Estado
 oligárquico e uma sociedade mercantil e senhoria.
- 38 Em 1992, lançou-se no Brasil a promoção do
 empreendedorismo governamental, que previa a atuação
 empresarial do Estado como estratégia para auferir lucros e
 aumentar o patrimônio do Tesouro Nacional.

Com relação a governança, governabilidade e *accountability*, julgue
 os itens subsecutivos.

- 39 O controle da atividade dos políticos e dos governos exercida
 pelos cidadãos por meio de voto constitui um mecanismo de
accountability horizontal.
- 40 São indicadores da governança pública preconizados pelo
 Banco Mundial a responsabilização, a estabilidade política, a
 ausência de violência e a qualidade do marco regulatório.
- 41 *Accountability* refere-se aos mecanismos disponíveis para a
 prestação de contas das ações realizadas em nome de políticas
 públicas.
- 42 Governabilidade refere-se tanto à gestão de instituições
 governamentais quanto a mecanismos formais não
 governamentais e seus efeitos sobre a conduta das pessoas.
- 43 O acesso a informação governamental pelos cidadãos é uma
 estratégia de promoção da transparência pública.

No que se refere a *compliance* e à composição do conselho de
 administração e da diretoria de empresas estatais, julgue os itens
 subseqüentes.

- 44 É vedada a indicação de dirigente estatutário de partido
 político para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.
- 45 Ainda que licenciado do cargo, titular de mandato no Poder
 Legislativo não pode ser indicado para atuar no conselho de
 administração ou na diretoria de estatais.
- 46 É permitido que pessoa que tenha participado, nos últimos
 vinte e quatro meses, da estrutura decisória de partido político
 seja indicada para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.

A respeito de auditoria governamental, julgue os itens a seguir.

- 47 Os controles internos administrativos implementados em uma organização devem prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão.
- 48 A contribuição da auditoria operacional limita-se ao aperfeiçoamento da transparência, economicidade e eficiência dos processos.
- 49 A auditoria de conformidade envolve exclusivamente a parte responsável pela gestão dos recursos públicos, os analistas de controle externo e o auditor chefe do tribunal de contas.

Acerca do plano de auditoria baseado em risco, julgue os itens subsecutivos.

- 50 A estratégia de auditoria descreve o que fazer, e o plano de auditoria, como fazê-lo.
- 51 O auditor deve montar a documentação em arquivo e completar o processo antes da data do relatório da auditoria.
- 52 Há risco de controle quando não se consegue evitar ou detectar erro ou fraude em um processo, mesmo que este tenha sido submetido a um efetivo controle interno.

Com relação aos relatórios de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 53 Caso tenha dúvida quanto à continuidade operacional da empresa, o auditor deve incluí-la, em seu relatório, no parágrafo de opinião com ressalva.
- 54 Efeitos generalizados sobre demonstrações contábeis são aqueles que não se restringem a elementos, contas ou itens específicos das demonstrações.
- 55 O auditor deve modificar a opinião em seu relatório se não conseguir obter evidência apropriada e suficiente para concluir, por exemplo, que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não apresentam distorções relevantes.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

- 56 Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- 57 Para ser nomeado conselheiro do TCE/RJ, é necessário ser brasileiro nato e satisfazer os seguintes requisitos: ter idade entre trinta e cinco e setenta e cinco anos; possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e ter cumprido mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos ora mencionados.
- 58 Qualquer cidadão, associação, constituída há mais de um ano, ou sindicato, partido político, desde que este tenha assento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCE/RJ.

Acerca dos atos sujeitos a registro, julgue os itens seguintes.

- 59 O STF determina que não é preciso assegurar o contraditório e a ampla defesa nos processos que visam a apreciação da legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- 60 De acordo com o STF, a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

A respeito da adoção de medidas cautelares pelos tribunais de contas, julgue o item que se segue.

- 61 De acordo com o entendimento do STF, a teoria dos poderes implícitos permite aos tribunais de contas adotarem medidas cautelares.

Julgue os itens subsecutivos, acerca de julgamento de contas pelo TCE/RJ.

- 62 Consoante previsto na Lei Orgânica do TCE/RJ, as decisões em processos de tomada ou prestação de contas podem ser preliminares, definitivas ou terminativas.
- 63 As comunicações processuais do TCE/RJ poderão ser feitas mediante ciência pessoal do responsável ou do interessado, pelo correio, mediante carta registrada, com aviso de recebimento, e por edital publicado no Diário Oficial do estado, quando o destinatário não for localizado.
- 64 Consoante entendimento do STF, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas câmaras municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

Com relação às fiscalizações realizadas pelo TCE/RJ, julgue os seguintes itens.

- 65 No exercício da fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o TCE/RJ ordenará, desde logo, a citação do responsável, para que ele, no prazo de quinze dias, apresente defesa ou recolha a quantia devida.
- 66 O TCE/RJ executará auditoria operacional quando o objetivo for examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Acerca de ato administrativo, de agentes públicos, de poderes da administração pública e de regime jurídico administrativo, julgue os itens a seguir.

- 67 **Situação hipotética:** Determinado órgão publicou a Portaria A, para tratar de certo tema. Em seguida, publicou a Portaria B, sobre o mesmo assunto da Portaria A, revogando esta expressamente. Posteriormente, editou a Portaria C, que revogou expressamente a Portaria B, sem tratar de qualquer tema. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, a revogação da Portaria B pela Portaria C caracteriza a revogação da revogação, mas não reativa a vigência da Portaria A.
- 68 No âmbito da administração pública, é possível a existência de servidores com efetividade e sem estabilidade, bem como de servidores com estabilidade e sem efetividade.
- 69 O poder de polícia administrativa é indelegável a particulares e entre órgãos.
- 70 A prescrição e a decadência administrativas conferem destaque ao princípio constitucional da segurança jurídica, expresso com relação à administração pública.

No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 71 A essencialidade de certos serviços públicos é prevista tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em leis ordinárias.
- 72 Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.
- 73 A representação e a reclamação administrativas, bem como o pedido de reconsideração de recursos administrativos, são meios que possibilitam à administração pública exercer o controle de seus atos.
- 74 Ato administrativo discricionário publicado pelo Poder Executivo de um estado poderá ser objeto de ação judicial, sendo vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos da elaboração desse ato.

No que diz respeito a processo administrativo e a licitações e contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 75 No decurso de um processo administrativo, eventual recurso interposto perante órgão incompetente não será conhecido, mas, nesse caso, o processo deverá ser remetido ao órgão ou à autoridade competente.
- 76 **Situação hipotética:** Um órgão administrativo celebrou contrato administrativo com sociedade empresária para determinada prestação de serviço. **Assertiva:** Nessa situação, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela administração pública, sendo vedada a contratação de terceiros para participar dessa atividade, ainda que de maneira subsidiária.
- 77 A fase externa da licitação na modalidade pregão é iniciada com a convocação dos interessados.

Com relação aos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 78 A segurança pública é um direito fundamental social.
- 79 O direito fundamental de acesso a informação assegura acesso a informações públicas e privadas.
- 80 O direito fundamental à vida é hierarquicamente superior aos demais direitos fundamentais.
- 81 O direito de liberdade de associação protege entidades que defendam mudanças legislativas e constitucionais.
- 82 Os direitos fundamentais derivam da garantia de igualdade e liberdade.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- 83 Em razão do princípio federativo, as Constituições dos estados não se submetem às normas da CF.
- 84 A CF autoriza a propositura de emendas constitucionais por iniciativa popular.
- 85 Partidos políticos têm legitimidade para denunciar ao Tribunal de Contas da União irregularidades na aplicação de recursos públicos.
- 86 O preâmbulo da CF tem força normativa assim como as demais disposições constitucionais.
- 87 Não há representantes da justiça eleitoral nem da justiça militar no plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- 88 Intervenção federal só pode realizar-se em estados e no Distrito Federal.

Com relação a dado, informação, conhecimento e inteligência, julgue os itens que se seguem.

- 89 A filosofia do uso de dados abertos orienta que os dados sejam reutilizados amplamente, no entanto não é permitida a combinação de um *data set* aberto com conjuntos de dados não abertos.
- 90 O portal brasileiro de dados abertos (www.dados.gov.br) disponibiliza diversos conjuntos de dados em formatos PDF, CSV, HTML e JSON.
- 91 Dublin Core é um esquema de metadados que auxilia na descrição de objetos digitais por meio da definição de diversos elementos de metadados, entre os quais se incluem título, autor, assunto, formato e fonte.
- 92 Os metadados sintáticos, estruturais e semânticos descrevem, respectivamente, a sintaxe, a estrutura e o conteúdo dos dados.
- 93 Um dado que está inserido em um contexto pode ser denominado de informação.

A respeito de bancos de dados relacionais e de modelagem dimensional, julgue os itens subsequentes.

- 94 No modelo relacional de bancos de dados, os elementos ficam armazenados em tabelas bidimensionais simples, contendo linhas (registros) e colunas (campos), e os elementos de um arquivo do banco podem relacionar-se com diversos elementos de outros arquivos.
- 95 As limitações dos bancos de dados relacionais que utilizam modelo entidade-relacionamento podem ser superadas por meio do uso de ferramentas OLAP (*online analytical processing*).
- 96 ETL (*extract transform load*) é uma ferramenta utilizada para extrair informações e realizar análise multidimensional no *data warehouse*.
- 97 Nas operações do OLAP, o *drill-down* aumenta o nível de detalhamento, ao passo que o *drill-up* diminui o nível de granularidade das dimensões em um *data warehouse*.
- 98 A construção de um *data mart* antecede a criação de um *data warehouse*.
- 99 O *data warehouse* empresarial, ou EDW (*enterprise data warehouse*), é uma das aplicações do *data warehouse* que permite a integração em larga escala de dados oriundos de diversas fontes em formato padronizado, para subsidiar a inteligência de negócios.
- 100 Enquanto os depósitos de dados e seus subconjuntos *data marts* são bancos estáticos, ou seja, não mais sofrem mudanças depois de agrupados, formatados e armazenados seus dados em um repositório, os bancos de dados típicos mudam constantemente, sendo dinâmicos por natureza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 101** O governo pode deixar de executar despesas fixadas na lei orçamentária anual, à exceção de casos específicos previstos na legislação vigente.
- 102** O princípio orçamentário da programação determina que as receitas e despesas sejam integralmente programadas no orçamento, sendo vedada qualquer dedução.
- 103** A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.
- 104** A mensagem presidencial que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve demonstrar as metas de inflação para o exercício subsequente.
- 105** A competência do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal no âmbito setorial restringe-se a aprovar os planos elaborados pelos diversos órgãos da administração pública direta.

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

- 106** No âmbito do plano plurianual, os produtos compreendem as consequências das atividades realizadas em cada programa, enquanto os resultados são as mudanças na realidade social observadas no curto prazo.
- 107** Se a receita arrecadada for insuficiente para o cumprimento das metas fiscais, a consequente limitação de empenho deverá obedecer aos critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- 108** A lei orçamentária anual pode prever investimento com duração superior a um exercício financeiro, se uma lei específica autorizar a inclusão do referido investimento no plano plurianual.
- 109** Cada órgão setorial de planejamento e orçamento é responsável pela elaboração da proposta das unidades orçamentárias sob sua supervisão.
- 110** O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.
- 111** O conceito de atividade na estrutura de programação consiste no conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo.

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue os itens subsecutivos.

- 112** O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo vedada sua incorporação no crédito orçamentário.
- 113** A avaliação do cumprimento dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial deve ser feita exclusivamente por meio de convocação do ministro da Economia para audiência pública no Congresso Nacional.
- 114** É vedado ao presidente da República propor modificação integral da proposta de lei orçamentária anual, se uma parte da referida proposta tiver sido aprovada na comissão mista de orçamentos.

Em relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- 115** Receita orçamentária efetiva, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento e não constituem obrigações correspondentes.
- 116** As previsões de receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- 117** A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.
- 118** A receita da dívida ativa abrange créditos tributários e não tributários, sem o acréscimo de atualização monetária, multa e juros de mora, os quais serão contabilizados em rubricas próprias.

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 119** Despesa orçamentária não efetiva constitui fato contábil modificativo diminutivo.
- 120** A ordem de pagamento da despesa orçamentária somente pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.
- 121** A inscrição de restos a pagar não processados a liquidar ocorre quando tiver ocorrido o fato gerador da obrigação, antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação.
- 122** Restos a pagar com prescrição interrompida são considerados despesas de exercícios anteriores.
- 123** Integram a dívida pública fundada apenas operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- 124** Despesas com suprimento de fundos sem a apresentação da prestação de contas até o encerramento do exercício devem ser inscritas em restos a pagar não processados.

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue os seguintes itens.

- 125** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- 126** As cotas de receitas de transferência obrigatória entre entes públicos devem ser incluídas como despesa no orçamento do ente transferidor.
- 127** Transferência voluntária intergovernamental deve ser contabilizada pelo ente transferidor como despesa.
- 128** Infração administrativa contra as leis de finanças públicas cometida por servidor público federal no exercício de cargo em comissão em órgão estadual será processada e julgada pelo Tribunal de Contas da União.

Em outubro de 2019, a empresa Beta assinou um contrato comprometendo-se a prestar determinado serviço a um cliente. No mês seguinte, atendendo a uma cláusula contratual, o cliente efetuou um adiantamento em dinheiro pelo serviço contratado. Em dezembro de 2019, o serviço foi finalmente prestado pela empresa Beta ao cliente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 129** De acordo com o regime de competência, a receita de prestação de serviços deve ser reconhecida pela empresa Beta em novembro de 2019.
- 130** Na contabilidade da empresa Beta, o adiantamento efetuado pelo cliente representa, ao mesmo tempo, uma origem de recursos, com registro a crédito de uma conta do passivo circulante, e uma aplicação de recursos, com registro a débito de uma conta do ativo circulante.
- 131** Conforme o que estabelece a teoria personalista, por ocasião do recebimento do adiantamento feito pelo cliente, a empresa Beta deve tratar a conta caixa como se ela representasse uma pessoa com quem mantém um relacionamento, de modo que a conta caixa passa a ser devedora da empresa, no momento em que o adiantamento for recebido.

A respeito dos procedimentos estabelecidos pela legislação societária e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em relação às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 132** No balanço patrimonial, os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez, sempre que tal forma de apresentação proporcionar informação confiável e mais relevante para o usuário do que a apresentação de ativos circulantes e não circulantes e de passivos circulantes e não circulantes como grupos de contas separados do balanço patrimonial.
- 133** Na demonstração do resultado do exercício de uma empresa comercial, o lucro bruto representa a diferença entre a receita bruta das vendas e o somatório dos seguintes eventos: deduções das vendas, abatimentos e impostos.
- 134** Na demonstração dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto originários de empréstimos obtidos por meio de cheques especiais ou contas correntes garantidas, cuja liquidação costuma ocorrer em curto espaço de tempo, devem compor o saldo de caixa e equivalentes de caixa.
- 135** Os ajustes de exercícios anteriores derivados de efeitos de mudança de critério contábil são eventos que não devem compor a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue os itens subsecutivos.

- 136** Natureza e magnitude são os elementos que servem de base para se determinar a materialidade dos itens que compõem o relatório financeiro, devendo tais elementos ser analisados no contexto da entidade que reporta a informação.
- 137** O custo amortizado é uma base de mensuração contábil aplicável a ativos e passivos financeiros cujo valor deve refletir estimativas de fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa determinada por ocasião do reconhecimento inicial dos referidos instrumentos financeiros.
- 138** O valor em uso de um ativo não contempla os custos de transação que a entidade que detém o controle do referido ativo espera incorrer no futuro, caso venha a negociar esse ativo ao final de sua vida útil.

Com relação aos pronunciamentos técnicos do CPC a respeito do conteúdo e a classificação contábil de estoques, julgue os próximos itens.

- 139** Não são considerados estoques os terrenos e outros imóveis, ainda que adquiridos com o propósito de revenda.
- 140** Um estoque que uma entidade pretenda consumir no decurso normal do seu ciclo operacional deve ser por ela classificado como ativo circulante no balanço patrimonial.

Com relação ao conceito e aos critérios de avaliação de despesas antecipadas, julgue os itens que se seguem.

- 141** Despesas antecipadas representam despesas já incorridas que são ativadas no balanço patrimonial para apropriação ao resultado em exercícios futuros.
- 142** As despesas antecipadas representam direitos que serão realizados em dinheiro no futuro e que estão sujeitos a provisão para perdas no seu valor recuperável.

Com relação ao ajuste a valor presente de itens patrimoniais de companhias abertas, julgue os seguintes itens.

- 143** O adiantamento em dinheiro destinado ao recebimento futuro de um bem ou serviço dá origem a um ativo não monetário que estará sujeito a ajuste a valor presente.
- 144** A taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente de uma duplicata a receber de longo prazo deve equivaler, durante todo o prazo de vigência do referido ativo, à taxa de juros observada na data de origem da transação, independentemente da taxa de juros que venha a ser praticada no mercado em períodos subsequentes.

Considerando o disposto no pronunciamento técnico do CPC que trata de instrumentos financeiros, julgue os itens a seguir.

- 145** O reconhecimento de um ativo ou passivo financeiro no balanço patrimonial de uma entidade somente deve se dar quando essa entidade vier a se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
- 146** Os critérios aplicáveis à mensuração de um ativo financeiro após o seu reconhecimento inicial são custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Considerando o disposto no pronunciamento técnico do CPC que versa sobre o valor justo, julgue os próximos itens.

- 147** A mensuração do valor justo de um ativo presume que a sua venda ocorra sempre no mercado que seja mais vantajoso para esse ativo.
- 148** A abordagem de receita é uma técnica de mensuração do valor justo que reflete as expectativas de mercado atuais, em relação a valores que serão gerados no futuro pelos itens que estão sendo avaliados.

Relativamente a avaliação, registro e mensuração de bens do ativo imobilizado, julgue os itens a seguir.

- 149** O valor contábil de um item do imobilizado corresponde ao montante de caixa pago ou o valor justo dispendido para aquisição desse ativo, podendo coincidir com o custo histórico do bem.
- 150** Um ativo imobilizado deve, após o seu reconhecimento inicial, permanecer registrado por valor que não supere seus valores de recuperação.
- 151** Havendo divergência entre as definições técnicas de vida útil, a expectativa de tempo de uso do proprietário e a tabela de vida útil definida pelos agentes tributários, a depreciação de um item do imobilizado deve, para fins societários, ser calculada a partir dos dados disponibilizados pelo agente tributário.

Com relação ao tratamento contábil a ser dado a itens do ativo intangível, julgue os itens seguintes.

- 152** Uma licença para uso de determinado recurso só poderá ser reconhecida como um ativo intangível se, além de cumprir os critérios para reconhecimento de um ativo, for identificável.
- 153** A diferença entre o valor justo de uma entidade adquirida em uma combinação de negócios e um valor superior efetivamente desembolsado nessa aquisição reflete a expectativa de ganhos futuros dos adquirentes e essa diferença está sujeita à avaliação anual de sua recuperabilidade.

Quanto ao passivo exigível e seus componentes, julgue os itens subsequentes.

- 154** Uma obrigação presente da entidade, gerada por eventos passados e para a qual será necessário o sacrifício de item capaz de trazer benefícios econômicos para a entidade, deve ser registrada no passivo circulante se e somente se for provável que seja liquidada durante o ciclo operacional normal da entidade ou no prazo de doze meses após o fechamento do balanço patrimonial.
- 155** Nas contas de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) e sobre imposto sobre produtos industrializados (IPI) a recolher, registra-se a diferença entre os impostos incidentes sobre os montantes de compras e vendas da entidade.
- 156** A classificação de um passivo de financiamento de longo prazo como circulante ou não circulante pode depender, além dos prazos de vencimento, da situação de adimplência ou inadimplência da obrigação.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das provisões e passivos e ativos contingentes.

- 157** Determinada entidade enfrenta uma ação trabalhista por pagamento de horas extras e, segundo avaliação do departamento jurídico da empresa, essa ação tende a ser vencida pelos funcionários, desfecho usual de situações similares. Nessa situação, a empresa deve provisionar o valor provável da obrigação respectiva, divulgando o fato em suas notas explicativas.
- 158** O nome comercial de determinada entidade, amplamente reconhecido no mercado, vem sendo utilizado de forma indevida por um concorrente. A empresa entrou com ação pedindo que o concorrente pare de utilizar seu nome comercial e a indenize pelas perdas provocadas pelo tempo de uso indevido. Segundo avaliação do departamento jurídico da entidade, a ação tem grande chance de sucesso e o recebimento da indenização é provável. Nessa situação, a entidade reclamante pode registrar o ativo provável, desde que constitua nota explicativa detalhando sua origem.
- 159** Determinada empresa comercial possui duas ações judiciais nas quais apela contra o que entende ser cobranças indevidas da receita federal. Para amparar as obrigações presentes nessas ações, foram constituídos depósitos judiciais relativos aos valores questionados. Em relação à primeira ação, os advogados consideram remota a chance de vitória da empresa. A segunda ação tem mais chance de sucesso, sendo possível que a empresa reverta as cobranças indevidas. Nessa situação, a empresa não deve fazer qualquer contabilização relativa a essas duas ações, devendo limitar-se a divulgar uma nota explicativa apenas para a segunda ação.

Com relação ao tratamento contábil do patrimônio líquido e de seus componentes, julgue os próximos itens.

- 160** A reserva de lucros a realizar tem por finalidade adequar a distribuição de dividendos obrigatórios ao lucro efetivamente realizado em termos financeiros.
- 161** Uma carteira de instrumentos financeiros classificados como avaliados ao valor justo em outros resultados abrangentes, que tenha variação positiva em seu valor justo de um período contábil a outro, ocasionará um aumento no patrimônio líquido através do incremento no saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- 162 Situação hipotética:** Uma sociedade por ações recomprou no mercado determinado tipo de suas ações, gerando um saldo de ações em tesouraria de R\$ 15 milhões. Simultaneamente, fez a oferta de R\$ 50 milhões de novas ações de outro tipo, de modo que obteve um ágio de 15% sobre esse montante e incorreu em custos de transação de R\$ 1,5 milhão. **Assertiva:** Sendo esses os únicos eventos registrados no período analisado, será verificado um incremento superior a R\$ 42 milhões no patrimônio líquido.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, relacionada aos conceitos básicos de análise de balanços e de demonstrações contábeis.

- 163** Determinada entidade apresentou, em dado período, ativo total de R\$ 1 milhão e ativos de caráter permanente (imobilizados e intangíveis) de R\$ 300 mil. O índice de liquidez geral dessa entidade no período foi de 1,25. Com base nessas informações, pode-se concluir que seu patrimônio líquido superou R\$ 400 mil.
- 164** Uma empresa constatou uma expansão de 5% em suas vendas, com incremento de 12% em seu lucro líquido. Nessa situação, para realizar essa análise, foi empregado o método de análise vertical.
- 165** Os indicadores de endividamento geral e composição das exigibilidades de uma companhia foram, respectivamente, $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{3}$ em um exercício social determinado, quando seu ativo total era de R\$ 600 mil. Nessas condições, o passivo circulante da companhia foi superior a R\$ 90 mil.

Com relação aos conceitos básicos de atuária, julgue os seguintes itens.

- 166** Sendo p a probabilidade de sobrevivência; q a probabilidade de mortalidade e x a idade observada em dada população, em uma tábua de mortalidade, o maior valor de qx é 1.
- 167** O equilíbrio atuarial de um plano de benefícios é obtido quando o total dos pagamentos previstos para o exercício social se iguala ao total de recebimentos previstos.
- 168** A busca de lucro é uma característica das entidades fechadas de previdência complementar.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos elementos que compõem o patrimônio público.

- 169** A incerteza relacionada à existência de um ativo deve ser avaliada em cada data da demonstração contábil.
- 170** A ausência de prazo de extinção não impede que a obrigação origine um passivo.
- 171** No patrimônio líquido, o resultado do período deve ser somado com os resultados acumulados de períodos anteriores.

Acerca de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

- 172** A obrigação de pagamento tanto dos restos a pagar quanto das despesas de exercícios anteriores deve ser reconhecida pela autoridade competente em procedimento administrativo específico.
- 173** Independentemente de serem processadas ou não, só serão pagas as despesas inscritas em restos a pagar liquidadas.

Com relação às operações de crédito, julgue os itens subsecutivos.

- 174** Como não impacta o patrimônio, a evidenciação da contratação de operação de crédito deve ser feita em contas de controle.
- 175** A parcela de encargos financeiros deve ser apropriada na data do vencimento da operação de crédito, na realização do seu pagamento.

Relativamente às variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e às receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, julgue os próximos itens.

- 176** Quando houver o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços, uma variação patrimonial aumentativa deverá ser registrada antes da ocorrência do fato gerador.
- 177** No caso do 13.º salário, uma variação patrimonial diminutiva deve ser reconhecida a cada mês trabalhado, concomitantemente com empenho, liquidação e pagamento da respectiva despesa orçamentária.

As seguintes transações foram contabilizadas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental.

- I Aprovação da lei orçamentária anual no valor de R\$ 400 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% na categoria econômica de capital.
- II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200 mil, sendo arrecadados 70% desse valor.
- III Contratação de operação de crédito no valor de R\$ 200 mil, com recebimento imediato do recurso, que foi utilizado para a compra à vista de um imóvel para uso da entidade.
- IV Empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de R\$ 120 mil.
- V Recebimento de garantia no valor de R\$ 20 mil, passível de devolução.

Julgue os itens subsequentes, considerando o fechamento das demonstrações contábeis do respectivo exercício financeiro, geradas a partir das informações apresentadas.

- 178** O resultado orçamentário do exercício (ROE) foi superavitário em R\$ 20 mil.
- 179** O resultado financeiro do exercício (RFE) foi superavitário em R\$ 40 mil.
- 180** O resultado patrimonial do exercício (RPE) foi superavitário em R\$ 100 mil.
- 181** A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) não precisa ser elaborada na entidade, uma vez que só é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas.

Julgue os seguintes itens, com relação à execução orçamentária e financeira das receitas e despesas públicas.

- 182** Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, incluindo-se as provenientes de operações de crédito por antecipação da receita.
- 183** Quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.
- 184** Em geral, os ingressos extraorçamentários trazem reflexos no patrimônio líquido das entidades governamentais.

Com relação ao tratamento contábil de ativos, passivos e tributos, julgue os itens a seguir.

- 185 Os impostos e demais tributos devem ser excluídos dos custos de aquisição para efeito de mensuração dos ativos imobilizados, ainda que sejam tributos não recuperáveis.
- 186 A mensuração de ativos intangíveis independe da natureza da atividade ou da transação que deu origem ao ativo mensurado.
- 187 A exaustão consiste na redução do valor de determinado recurso natural esgotável, quando provocada pela exploração econômica.
- 188 A obrigação que envolve incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro para sua extinção deve ser registrada nas contas de provisão.
- 189 Os passivos contingentes devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, independentemente de sua natureza ou do fato que lhes deu origem.
- 190 O fato gerador de determinado imposto faz surgir a obrigação tributária principal, constituindo, portanto, um evento tributável.

Acerca das normas referentes à estrutura conceitual e ao plano de contas do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 191 A utilização do plano de contas aplicado ao setor público é obrigatória para a União e seus órgãos da administração indireta, sendo facultativa para estados, Distrito Federal e municípios.
- 192 Determinado fato contábil relacionado com a execução orçamentária deverá ser registrado exclusivamente na classe de contas de natureza patrimonial, se houver impacto mensurável na situação patrimonial líquida da entidade.
- 193 A quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos não são diretamente proporcionais ao volume de tributos cobrados.
- 194 A principal razão para se manterem ativos imobilizados no setor público é a capacidade desses ativos de gerar fluxos de caixa.
- 195 As normas da estrutura conceitual prevalecem sobre as normas específicas de contabilidade, no caso de conflito inconciliável.

Com referência aos procedimentos estabelecidos pelo **Manual de Contabilidade do Setor Público**, bem como aos papéis da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens subsequentes.

- 196 A autorização para a abertura de crédito suplementar pode ser incluída na lei orçamentária, sem constituir desrespeito ao princípio da exclusividade.
- 197 Um ingresso de recursos financeiros é considerado receita, ainda que seu impacto sobre a situação líquida patrimonial seja nulo.
- 198 As obrigações de valor determinado decorrentes de contratos com previsão de pagamentos parcelados podem ser pagas por meio de empenho global.
- 199 O registro dos fatos relacionados com a execução orçamentária deve obedecer ao mesmo regime contábil aplicado aos fatos que alteram o patrimônio das entidades públicas.
- 200 A Secretaria do Tesouro Nacional exerce supervisão técnica e orientação normativa nos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, ainda que tais órgãos se subordinem à estrutura administrativa distinta do Ministério da Economia.

Espaço livre